

ano 11 - n. 21 | julho/dezembro - 2019
Belo Horizonte | p. 1-236 | ISSN 2176-1671
R. bras. Dir. Eleit. – RBDE

**Revista Brasileira de
DIREITO ELEITORAL**

RBDE

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Contributo para o estudo do crime de corrupção eleitoral no Brasil

Flávio de Carvalho Drummond	9
1 Introdução	9
2 Da natureza jurídica dos crimes eleitorais	10
3 Do delito de corrupção no Código Penal	13
4 Do crime de corrupção eleitoral	16
5 Da recente jurisprudência do colendo Tribunal Superior Eleitoral	21
6 Conclusão	31
Referências	32

As consequências da captação ilícita de sufrágio no Direito Eleitoral brasileiro no âmbito constitucional

Gleysson de Sousa Santos, Eduardo Rodrigues dos Santos	35
1 Introdução	35
2 A compra de votos no Brasil: raízes históricas	37
3 A configuração do sistema eleitoral brasileiro	41
3.1 Características do Direito Eleitoral no Brasil	43
3.2 Princípios constitucionais aplicáveis ao sistema eleitoral	44
4 A captação ilícita de sufrágio	46
4.1 A Lei nº 9.504/97 e os requisitos para a configuração da captação ilícita de sufrágio	48
4.3 Sanções estabelecidas para a captação ilícita de sufrágio	53
5 A atuação do Tribunal Superior Eleitoral na fiscalização das eleições	54
5.1 Os desafios para coibir a prática da captação ilícita de sufrágio	54
5.2 Julgados da jurisprudência	55
6 Considerações finais	57
Referências	59

“Caja 2.0”: Financiación Ilícita de la Política, *Bots* Sociales y la Manipulación del Elector – Marco Jurídico-Electoral Brasileño

Marcelo Eugênio Feitosa Almeida	61
Introducción	61
1 La igualdad de oportunidades electorales e la libre formación de convicción política del elector como pilares de la democracia	63
2 Esfuerzos brasileños hacia la regulación de las campañas digitales	67
3 Caso brasileño y su subsunción al marco regulatorio puesto	70
4 Propuestas atemporales independientes del escenario y de las herramientas tecnológicas existentes en cada momento electoral	73
Conclusiones	77
Bibliografía	79

Da legitimidade da representação democrática diante das manifestações populares de 2013

Kamilla Rafaely Rocha de Sena, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson	81
1 Das considerações iniciais	82
2 Evolução histórica do processo de legitimidade política.....	84
2.1 Sociedade	84
2.2 Estado	85
2.3 Caracterização da Constituição Federal como documento jurídico.....	89
3 Exercício da soberania popular no regime republicano do Brasil	91
3.1 Formas de governo.....	91
3.2 Soberania popular: conceito e exercício	93
3.3 Legitimidade de ação perante a ilegitimidade dos atos dos representantes políticos	96
4 Democracia representativa: viabilização da soberania popular e anomalias	99
4.1 Democracia: conceito e tipos	99
4.2 Crise de legitimidade.....	102
4.3 Anomalias da democracia representativa nacional	106
4.3.1 Garantias constitucionais dos parlamentares: institutos anômalos	106
4.3.2 Decisões constitucionais ou vontade política dos representantes?.....	108
5 Das considerações finais.....	108
Referências	110

Acessibilidade na justiça eleitoral brasileira e *Zero Project*: política inovadora para um mundo sem barreiras

Fernando Pessoa da Silveira Mello, Joelson Costa Dias, Ronaldo Assunção Sousa do Lago	113
Introdução.....	114
1 Igualdade de oportunidades na participação política como substrato da democracia	118
2 A proteção normativa da acessibilidade eleitoral.....	120
3 Dados estatísticos	124
4 Acessibilidade física, legal e administrativa.....	125
5 Acessibilidade atitudinal	130
6 Acessibilidade eleitoral: desafios	132
7 Responsabilização do Estado no descumprimento das medidas de inclusão.....	133
8 <i>O Zero Project</i>	137
8.1 Conferência <i>Zero Project</i> 2019 sobre vida independente e participação política: políticas e práticas inovadoras para pessoas com deficiência.....	139
9 Considerações finais.....	139
Referências	143

O artigo 366 do Código Eleitoral Brasileiro e a sua (in) constitucionalidade

Ronaldo Assunção Sousa do Lago	145
1 Introdução.....	146
2 Conflito aparente de normas.....	148
3 Elegibilidade após a Emenda Constitucional nº 45/2004	153
4 A segurança do sistema eletrônico de votação brasileiro.....	155
5 Solução para a problemática.....	159
6 Conclusão	160
Referências	161

Partido político: uma análise da relevância da fidelidade partidária

Tairine de Araujo Sousa	163
1 Introdução	163
2 Partido político	166
2.1 Origens	166
2.2 Definição	168
2.3 Importância do partido político	169
3 Democracia e seu tipos	171
3.1 Tipos de democracia	172
3.1.1 Democracia direta	172
3.1.2 Democracia indireta	173
3.1.2.1 Sistema representativo e partidos políticos	174
3.1.2.2 Crise no sistema representativo	176
3.1.3 Democracia semidireta	178
4 Mandato eletivo	178
4.1 Mandato imperativo	179
4.2 Mandato representativo	179
4.3 Mandato partidário	180
5 Sistemas eleitorais	180
5.1 Sistema majoritário	181
5.2 Sistema proporcional	182
5.3 Sistema misto	184
6 Fidelidade partidária	184
6.1 Definição	184
6.2 Fidelidade partidária no Brasil: ditames constitucionais, infralegais e jurisprudenciais	185
6.3 Fidelidade partidária no sistema majoritário	188
7 Importância da fidelidade partidária para o partido político	188
8 Considerações finais	192
Referências	193

O Lulismo e seu reflexo eleitoral nas eleições de 2018

Thiago Perez Bernardes de Moraes	197
1 Introdução	197
2 Nasce o mito: Lula e o Lulismo	199
3 Metodologia	206
4 Resultado	207
5 Segundo turno	213
6 Considerações finais	215
Referências	218

Mandado de segurança no Direito Eleitoral: cabimento, competência e legitimidade

Tiago Marques Nogueira	221
Introdução	221
1 História do mandado de segurança	222
2 O mandado de segurança no Brasil	223
3 Cabimento do mandado de segurança eleitoral	225
4 Competência do mandado de segurança eleitoral	228
5 Da legitimidade do mandado de segurança eleitoral	230

6	Considerações finais.....	232
	Referências	233
	Instruções para os autores.....	235